



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CONTRATO 004/2019

PREGÃO (PRESENCIAL) 004/2019
PROCESSO Nº 004/2019

Contrato de serviços de limpeza, conservação e higienização e copeiragem no edifício-sede da Câmara Municipal de Jataí, localizada na Praça da Bandeira, 96 – Centro – Jataí-GO, bem como em seus bens móveis, celebrado com a empresa PAC SERVICE LTDA - ME.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 24.858.805/0001-39, com sede em Jataí-GO, estabelecida na Praça da Bandeira, nº 96, Centro – Jataí-GO, neste ato representada por sua Presidente, Vereadora **Kátia Aparecida Martins de Carvalho**, brasileira, casada, portadora da CI-RG nº1621857 SSP/GO inscrita no CPF sob nº. 530.798.501-06, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **Pac Service Ltda - ME**, situada na Rua Amélia Lopes, Qd.22, Lt.07, nº 137, Bairro Odília, Rio Verde-GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.927.187/0001-43, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **Edilberto Alves Costa Neto**, portador da C.I nº 648044 SSP/TO, inscrito no CPF nº 013.421.561-37, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e copeiragem no edifício-sede da Câmara Municipal de Jataí, localizada na Praça da Bandeira, 96 – Centro – Jataí-GO, bem como em seus bens móveis, conforme especificações e características mínimas constante no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital, com alicerce na Lei nº 8.666/93, com suas alterações, na Lei nº 10.520/2002, no Decreto 3.555/00 e no Edital Pregão (Presencial) nº 004/2019, devendo ser observadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato será regido pela Lei nº 8.666/93, a Lei 10.520/02 e no Decreto 3.555/00, ficando os contratantes sujeitos às normas destas, e pelas disposições da Lei nº 8.078/90 que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização e copeiragem no edifício-sede da Câmara Municipal de Jataí, localizada na Praça da Bandeira, 96 – Centro – Jataí-GO, bem como em seus bens móveis, conforme especificações contidas nos Anexo I – Termo de Referência do Edital Pregão Presencial 004/2019; em regime de execução indireta, empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES/DIREITOS DAS PARTES

3.1 – Constituem obrigações / direitos da contratante:

3.1.1. Nomear Fiscal do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;

Praça da Bandeira, 96 - Centro - Fone/Fax: (64) 3631-2565 / 3636-0820 / 36360800 - CEP 75800-020 - Jataí-GO

Site: www.jatai.go.leg.br

e-mail: camarajatai@camarajatai.go.gov.br

"Tabagismo, Álcool e Drogas são prejudiciais a saúde".



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

3.1.2. Vetar o emprego de qualquer atitude que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA;

3.1.3. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nas cláusulas quarta e quinta.

3.1.4. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

3.1.5. Rescindir o contrato, inclusive nos casos especificados na Lei 8.666/93;

3.1.6. Aplicar sanções motivadas, pela inexecução total ou parcial do contrato, incluída a advertência, suspensão do direito de licitar com a Câmara Municipal de Jataí-GO e declaração de inidoneidade;

3.1.7. Permitir livre acesso dos empregados da contratada às suas dependências para execução dos serviços, respeitadas algumas exceções quanto ao horário de acesso;

3.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada;

3.1.9. Colocar à disposição dos empregados da contratada local para a guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;

3.1.10. Fornecer condições adequadas os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, de acordo com as especificações da proposta, necessários a execução dos serviços;

3.1.11. Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

3.1.12. Supervisionar a execução dos serviços e atestar as notas fiscais/faturas correspondentes.

3.1.13. Disponibilizar instalações sanitárias;

3.1.14. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou servidor designado como fiscal do contrato, permitida a assistência de terceiros, podendo para isso:

a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

b) Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

c) Sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

3.2 – Constituem obrigações/direitos da contratada:

3.2.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

- 3.2.2. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando pessoas portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 3.2.3. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Administração;
- 3.2.4. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;
- 3.2.5. Manter junto à Administração durante os turnos de trabalho preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;**
- 3.2.6. Manter e conservar todos os equipamentos e utensílios necessários a execução dos serviços, em perfeitas condições de uso;
- 3.2.7. Implantar, de forma adequada, a planificação e execução permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;
- 3.2.8. Nomear encarregado(s) responsável(is) pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, permanecendo no local do trabalho, em tempo integral, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Estes encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços designados pela Administração (preposto) e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;**
- 3.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 3.2.10. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 3.2.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;
- 3.2.12. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;
- 3.2.13. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- 3.2.14. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 3.2.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 3.2.16. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;
- 3.2.17. Executar os serviços em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

3.2.18. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- e) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
- f) Utilizar lavagem com água de reúso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).
- g) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores.
- h) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

3.2.19. A par das obrigações anteriormente descritas, a contratada também deverá:

3.2.19.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidentes;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vale-refeição;
- f) vale-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

3.2.20. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o fim de constatar no local a efetiva execução do serviço e verificar as condições em que está sendo prestado;

3.2.21. Responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados;

3.2.22. Ser responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o acompanhamento pela Câmara Municipal de Jataí;

3.2.23. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

3.2.24. Comunicar à Administração da Câmara Municipal de Jataí, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que presenciar ou tomar conhecimento prestando os esclarecimentos que julgar necessários;

3.2.25. Apresentar, mensalmente, e sempre que solicitada pela Contabilidade da Câmara Municipal de Jataí os comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados, de recolhimento dos encargos sociais e de regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do INSS, FGTS e comprovante de regularidade do ISSQN);

3.2.26. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993.

3.2.27. Efetuar a substituição dos empregados, em caráter imediato, no caso de eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;

3.2.28. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a eventuais acréscimos solicitados pela Administração da Câmara Municipal de Jataí, bem, assim, impedir que o empregado que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne ao trabalho nessa Câmara;

3.2.29. Substituir de imediato os empregados entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

3.2.30. Instruir seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração da Câmara Municipal de Jataí, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

3.2.31. Manter sede, filial ou escritório na cidade de Jataí-GO com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

3.2.32. A CONTRATADA deverá comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, o cumprimento desta obrigação;

3.2.33. Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade de Jataí-GO;

3.2.34. Providenciar, junto ao INSS, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias.

3.2.35. À CONTRATADA cabe ainda assumir a responsabilidade por:

a) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

b) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

c) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

d) Encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

3.2.36. A CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

3.2.37. Manter as condições de habilitação durante a vigência do contrato.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

4.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais);

4.2 – Para efeito do recebimento, a contratante pagará ao Contratado os valores referentes ao fornecimento do objeto desta licitação, conforme Nota Fiscal, que será emitida à Contratante, acompanhada dos documentos exigidos no item 4.2.25 do presente contrato. Sem os quais a nota fiscal não será processada para pagamento;

4.3 – O pagamento, será efetuado até 5 (cinco) dias, contados da apresentação dos comprovantes de pagamento de salários e benefícios dos empregados, de recolhimento dos encargos sociais e de regularidade junto ao Ministério do Trabalho – Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do INSS e FGTS), comprovante de regularidade do ISSQN; e Nota Fiscal, que deverá ser emitida no primeiro dia útil do mês subsequente do fornecimento dos produtos.

4.4 – Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes às penalidades eventualmente aplicadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

5.5 – Durante o período de vigência, o valor do contrato é fixo e irreajustável, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, caso em que o contrato poderá ser reajustado, com aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo); ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.6 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o contrato e iniciar outro procedimento licitatório.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do objeto deste PREGÃO (PRESENCIAL), correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Jataí para o Exercício de 2019, Elemento de Despesa 339039/78 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Limpeza e Conservação) – conforme informação contida no processo referenciado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência é de 12 meses, contado da data de sua publicação, podendo ser prorrogados, nos termos do Art. 57, II, da Lei 8.666/93, por até 60 (sessenta) meses;

7.2. A fiscalização do presente contrato ficará sob a responsabilidade do respectivo servidor designado pelo Presidente da Câmara.

CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

a) Praça da Bandeira nº 96 – Centro – Jataí – GO – CEP – 75.800-020.

b) De segunda-feira a sexta-feira, cumprindo-se um total de 8 h 48 min de acordo com o Art. 59 da CLT, totalizando 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em horários a serem estabelecidos pela Administração para realização dos serviços,

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

9.1 – Compete a um servidor designado pelo Presidente da Câmara Municipal de Jataí-GO, o acompanhamento e controle da execução deste Contrato, competindo-lhe a atestação de conformidade dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA-DA RESCISÃO

10.1 – A Contratante poderá rescindir unilateralmente o presente contrato conforme os permissivos legais estatuídos pela Lei 8666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 – O licitante vencedor que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeito às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

11.2 – O licitante vencedor que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar a documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar com o Município e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, sem prejuízo das multas prevista neste edital e das demais cominações legais.

11.3 – Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções, conforme art. 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízos de outras:

a) advertência;

b) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas, por dia de atraso injustificado, limita sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

b.2) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, caso a prestação seja realizada de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

b.3) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;

d) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 – As penalidades previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, §2º, da Lei nº 8.666/93).

11.5 – As multas aplicadas serão deduzidas do valor do pagamento devido ao licitante vencedor, quando possível, ou por via de procedimento extrajudicial, conforme o caso.

11.6 – No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

11.7 – Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93 e as consoantes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no site Oficial da Câmara e Diário oficial do Município de Jataí.

11.8 – De acordo com artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frutar os objetos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.8 – Da aplicação das penas definidas no § 1º e no art. 87 da lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

11.9 - No caso de declaração de idoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jataí, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

11.10 – O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo no setor de protocolo da Câmara Municipal de Jataí, localizado na Praça da Bandeira, 96 – Centro, nos dias úteis das 08:00 h às 11:00 h e das 13:00 h às 17:00 h.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

12.1 – A contratante fará a publicação do extrato deste contrato para os efeitos legais previstos na legislação pertinente no site oficial da Câmara Municipal de Jataí.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA DE PREÇOS DA CONTRATADA


13.1 – Este contrato vincula-se, em todos os seus termos, aos mandamentos do Edital PREGÃO (PRESENCIAL) nº 004/2019 e às estipulações da proposta de preços da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Jataí-GO para dirimir toda e qualquer dúvida ou litígios decorrentes do presente contrato.

14.2. E por estarem assim ajustadas, celebram e firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único fim de direito, obrigando-se por si e sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Jataí-GO, 23 de abril de 2019.


Kátia Aparecida Martins de Carvalho
Presidente


Pac Service Ltda - ME
Contratada

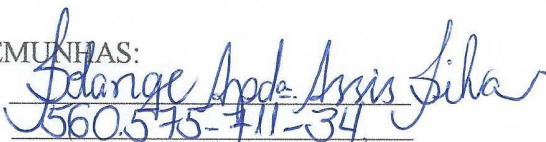
TESTEMUNHAS:

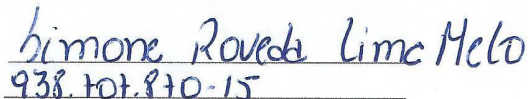
Nome

CPF

Nome

CPF


Delange Apde Anis Silva
560.575-711-34


Simone Roveda Lima Melo
938.101.810-15